

DEMOCRACIA: DESAFIOS NA EDUCAÇÃO CHILENA

DEMOCRACIA: DESAFÍOS EN LA EDUCACIÓN CHILENA

DEMOCRACY: CHALLENGES IN CHILEAN EDUCAÇÃO



Oscar ROJAS¹

e-mail: orojas@corp.umc.cl



Jorge MALDONADO²

e-mail: jmaldonado@corp.umc.cl



Amely VIVAS³

e-mail: avivas@corp.umc.cl



Katihuska MOTA⁴

e-mail: motakt@gmail.com



Marlenis MARTÍNEZ⁵

e-mail: marlenism3@gmail.com

Como referenciar este artigo:

ROJAS, O.; MALDONADO, J., VIVAS, A.; MOTA, K.; MARTÍNEZ, M. Democracia: desafios na educação chilena. **Nuances: Estudos sobre Educação**, Presidente Prudente, v. 36, n. 00, e025020, 2025. e-ISSN: 2236-0441. DOI: 10.32930/nuances.v36i00.11347



| **Submetido em:** 15/10/2025

| **Revisões requeridas em:** 05/11/2025

| **Aprovado em:** 25/11/2025

| **Publicado em:** 24/12/2025

Editora: Profa. Dra. Rosiane de Fátima Ponce

¹Universidade Miguel de Cervantes (UMC), Santiago – Região Metropolitana – Chile. Diretor de Estudos de Pós-Graduação, Pesquisa e Inovação.

² Universidade Miguel de Cervantes (UMC), Santiago – Região Metropolitana – Chile. Professor.

³Universidade Miguel de Cervantes (UMC), Santiago – Região Metropolitana – Chile. Carreira Acadêmica de Pós-Graduação, Pesquisa e Inovação.

⁴Universidade Miguel de Cervantes (UMC), Santiago – Região Metropolitana – Chile. Carreira Acadêmica de Pós-Graduação, Pesquisa e Inovação.

⁵Universidade Miguel de Cervantes (UMC), Santiago – Região Metropolitana – Chile. Carreira Acadêmica de Pós-Graduação, Pesquisa e Inovação.

RESUMO: A democracia na educação chilena reflete-se na inclusão de conteúdo, na sua progressão entre os níveis educacionais, em uma abordagem interdisciplinar, na promoção de valores democráticos e na ênfase na participação cidadã. Esses aspectos são fundamentais para o desenvolvimento de cidadãos informados, críticos e comprometidos com a construção e consolidação de uma sociedade democrática no Chile. Este estudo utilizou uma revisão detalhada do Currículo Nacional Chileno como metodologia, sistematizando o curso, os objetivos das disciplinas e o conteúdo ministrado nas escolas de ensino fundamental e médio em uma matriz de análise. A educação cidadã é essencial para transmitir conhecimento sobre os princípios democráticos, os direitos e responsabilidades dos cidadãos e o funcionamento das instituições. Portanto, as instituições educacionais são responsáveis por promover ações pedagógicas voltadas ao fomento da participação, da integração, da identidade e da apropriação de direitos.

PALAVRAS-CHAVE: Democracia. Desafios. Educação.

RESUMEN: La democracia en la educación chilena se refleja en la inclusión de contenidos, la progresión de estos a lo largo de los niveles educativos, el enfoque interdisciplinario, la promoción de valores democráticos y el énfasis en la participación ciudadana. Estos aspectos son fundamentales para la formación de ciudadanos informados, críticos y comprometidos con la construcción y consolidación de una sociedad democrática en Chile. En este estudio se utilizó como metodología una revisión detallada del Currículo Nacional chileno y sistematizar en una matriz de análisis el curso, los objetivos de la asignatura y los contenidos abordados en establecimientos educativos chilenos. La educación ciudadana es esencial para impartir conocimientos sobre los principios democráticos, los derechos y responsabilidades ciudadanas, y el funcionamiento de las instituciones democráticas. Por consiguiente, las instituciones educativas deben garantizar el impulso de acciones pedagógicas orientadas a fomentar la participación, la integración, la identidad y la apropiación de los derechos.

PALABRAS CLAVE: Democracia. Desafíos. Educación.

ABSTRACT: Democracy in Chilean education is reflected in the inclusion of content, its progression across educational levels, an interdisciplinary approach, the promotion of democratic values, and an emphasis on civic participation. These aspects are fundamental to the development of informed, critical citizens committed to building and consolidating a democratic society in Chile. This study used a detailed review of the Chilean National Curriculum as a methodology, capturing the course, subject objectives, and content taught in Chilean primary and secondary schools, systematizing the data in an analysis matrix. Civic education is essential for imparting knowledge about democratic principles, citizens' rights and responsibilities, and the functioning of democratic institutions. Therefore, educational institutions are responsible for promoting pedagogical actions conducive to fostering participation, integration, identity, and the ownership and internalization of rights.

KEYWORDS: Democracy. Challenges. Education.

Introdução

A educação desempenha um papel fundamental na formação e na evolução da sociedade. Ela atua como um agente constante de mudança, moldando as interações sociais e preparando os indivíduos para participarem ativa e significativamente em seu ambiente. Ao fazer isso, fortalece o capital social e fornece as ferramentas necessárias para estabelecer sistemas de governança que priorizem os interesses e direitos dos indivíduos (Anaya-Rodríguez et al., 2016). Partindo dessa premissa, é essencial compreender que a educação não apenas transmite conhecimento, mas também influencia a estruturação dos valores e normas que regem a vida em sociedade. Portanto, a educação serve como um meio estratégico para moldar tanto os indivíduos quanto a sociedade como um todo, contribuindo para a construção do projeto de desenvolvimento social.

Nesse sentido, a educação cívica e a educação para a democracia estabelecem-se como princípios fundamentais nos sistemas educacionais atuais. Em um mundo caracterizado pelo dinamismo da informação, pela diversidade de vozes e por desafios universais, as instituições de ensino têm a responsabilidade de desenvolver o conhecimento, as capacidades e as habilidades que permitam aos jovens integrarem-se de forma abrangente, crítica e responsável, valorizando a democracia. Pesquisas internacionais recentes indicam que o conhecimento cívico básico, as habilidades de debate, a resolução de conflitos e a participação ativa são aspectos essenciais para o bom funcionamento das democracias contemporâneas.

Os resultados da rodada mais recente de estudos internacionais, citados por Sala et al. (2021), confirmam o papel central das escolas na preparação dos jovens para o exercício da cidadania. Tais estudos fornecem evidências comparativas sobre as atitudes, os níveis de conhecimento cívico e os modos de participação de alunos do ensino médio em diversos sistemas educativos, enfatizando a importância de conectar o conhecimento com práticas deliberativas e experiências reais de participação no contexto escolar (Pereyra, 2023). Resultados internacionais indicam que a existência formal de objetivos curriculares nem sempre resulta em competências cívicas aplicadas, destacando a necessidade de examinar não apenas os documentos oficiais, mas também as circunstâncias pedagógicas que tornam possível a experiência de cidadania.

A importância desta abordagem é confirmada por entidades globais como a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), que enfatiza a criação de experiências educacionais que cultivem o protagonismo dos alunos por meio de metodologias participativas, projetos interdisciplinares e uma forte conexão com a comunidade. Análises

internacionais demonstram que políticas educacionais que integram a renovação curricular com a formação continuada de professores e a avaliação de competências cívicas têm maior probabilidade de alcançar um impacto duradouro. A qualidade da educação cívica depende não apenas do conteúdo oficial, mas também da qualificação docente e da organização dos espaços escolares para fomentar a deliberação e a ação coletiva.

Simultaneamente, no âmbito da agenda da Cidadania Global, a Educação Global para a Cidadania (EGC), promovida pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), oferece uma estrutura mais ampla que vincula o aprendizado da cidadania aos princípios da justiça social, dos direitos humanos e da responsabilidade global (Pereyra, 2023). A EGC estabelece não apenas objetivos cognitivos, mas também objetivos disposicionais — ser responsável pelo planeta, demonstrar empatia e respeitar a diversidade —, que exigem métodos pedagógicos transformadores e experiências escolares que exponham os alunos às complexidades do mundo real.

O cenário exposto constitui um panorama internacional relevante para o Chile. A tensão entre a reputação das conquistas acadêmicas, avaliadas por meio de exames padronizados, e a necessidade de consolidar habilidades cívicas e deliberativas que sustentem a democracia em situações de profunda segregação e desigualdade escolar é um fenômeno comum em outros países da América Latina, incluindo o Chile (Morales *et al.*, 2020). Os padrões observacionais fornecidos por evidências internacionais são úteis para a análise documental, servindo não apenas para detectar a presença de objetivos de educação cívica no currículo, mas também as diretrizes pedagógicas, os critérios de avaliação e os recursos didáticos que viabilizam sua implementação nas práticas escolares.

De fato, a literatura internacional atual oferece uma perspectiva teórica e prática para avaliar se os currículos são concebidos e institucionalmente apoiados para fomentar uma democracia dinâmica, crítica e empática. Como demonstram diversos estudos, a educação cívica muitas vezes reduz-se a meros pronunciamentos normativos sem impacto prático. Consequentemente, a democratização da educação tem sido um tema relevante na agenda política e social há décadas. Embora progressos significativos tenham sido alcançados, grandes desafios persistem e demandam atenção premente.

Este estudo resulta de uma análise do conteúdo dos currículos chilenos, examinando se são suficientes para a formação de cidadãos e se esse conteúdo é adequado para enfrentar os desafios da educação chilena no contexto da democracia. Isso conduz ao objetivo de analisar a

democracia como um desafio na educação chilena, por meio de uma revisão dos currículos da educação básica.

Democracia

Globalmente, a democracia pode ser definida como um sistema político no qual o poder reside no povo e é exercido direta ou indiretamente por meio da participação em eleições livres e justas e em processos de tomada de decisão política. Essa definição geral é corroborada por inúmeros especialistas e acadêmicos.

A evolução e os desafios da democracia na América Latina e na Europa seguiram trajetórias diferentes devido aos seus contextos históricos, políticos, econômicos e culturais únicos (Casas, 2018).

Na América Latina, essa evolução envolveu transições democráticas a partir do século XX, com muitos países migrando de regimes autoritários para sistemas democráticos. Esses processos foram marcados por lutas populares, movimentos sociais e pressões internacionais (Novoa et al., 2019). Somado a ciclos de democracia e autoritarismo (Munck, 2020), e apesar dos desafios persistentes, vários países latino-americanos conseguiram consolidar seus sistemas e fortalecer as instituições democráticas ao longo do tempo.

No caso da Europa, essa evolução centra-se em uma história democrática que remonta a séculos atrás, embora interrompida por períodos de autoritarismo e conflitos políticos. Isso ficou evidente após a Segunda Guerra Mundial, que presenciou uma onda de democratização e construção de instituições, especialmente na Europa Ocidental. Além disso, a expansão da União Europeia promoveu a consolidação democrática na Europa Central e Oriental, bem como nos Balcãs Ocidentais (Pereyra, 2023; Casanova, 2020).

Ao comparar os desafios na América Latina e na Europa, nota-se que eles diferem porque, na primeira, a corrupção representa um grande obstáculo à democracia regional, minando a confiança nas instituições e dificultando o desenvolvimento econômico e social. Isso é agravado pela persistente desigualdade socioeconômica, um entrave à inclusão política e à representação equitativa (Rojas, 2019). Da mesma forma, a violência e o crime organizado representam uma ameaça à estabilidade democrática em diversos países da região, afetando a segurança dos cidadãos e enfraquecendo o Estado de Direito.

Na Europa, os desafios centraram-se na ascensão do populismo e do nacionalismo, gerando tensões políticas e prejudicando valores democráticos como a tolerância e a diversidade, juntamente com as crises econômicas e migratórias e o impacto do Brexit, que criaram desafios significativos para a integração e a solidariedade entre os Estados-membros da União Europeia (UE) (Talvi, 2020). Estes desafios relacionam-se também com a governança, a eficácia das instituições democráticas e a participação política dos cidadãos.

Consequentemente, embora tanto a América Latina quanto a Europa tenham experimentado progressos significativos na democratização, cada região enfrenta desafios únicos na consolidação e no fortalecimento da democracia. Superar esses obstáculos exige um compromisso contínuo com os valores democráticos, bem como o enfrentamento de problemas estruturais, como questões econômicas, sociais, ambientais, políticas e educacionais.

Democracia na educação chilena

A democracia no Chile passou por uma evolução complexa desde o fim da ditadura militar até a contemporaneidade. Embora progressos significativos tenham sido alcançados em termos de instituições democráticas, importantes desafios ainda precisam ser superados para fortalecer a democracia e garantir maior inclusão e equidade na sociedade chilena.

Portanto, o Chile possui um arcabouço institucional democrático estabelecido em sua Constituição, promulgada em 1980 durante a ditadura militar e emendada desde o retorno à democracia em 1990. Esse arcabouço determina a separação de poderes, garante o respeito aos direitos humanos e estabelece um sistema presidencialista de governo (García-Pérez; Montero, 2018). A presença de diversos partidos políticos que representam uma ampla gama de ideologias e visões também compõe esse cenário.

Ao longo dos anos, houve alternância de poder entre diferentes coligações, demonstrando a competição e a diversidade dentro do sistema político chileno. Embora tenham sido feitos progressos em termos de acesso à informação e mecanismos participativos, como consultas públicas e plebiscitos, ainda existem desafios quanto à participação efetiva e representativa de todos os setores da sociedade.

Nesse sentido, Contreras e Montecinos (2019, p. 180) afirmam que “a democracia é um sistema político baseado na participação ativa e equitativa de todos os cidadãos nos processos de tomada de decisão que afetam a comunidade como um todo”. Nessa perspectiva, no contexto

educacional chileno, democracia refere-se à inclusão de todos os membros da comunidade escolar nos processos decisórios que afetam a instituição. A esse respeito, Marshall (2020, p. 270) considera:

A democracia é um sistema político no qual o poder é exercido, controlado e limitado pelo povo, por meio de mecanismos institucionais que garantem a participação livre e justa na tomada de decisões políticas, bem como a proteção dos direitos fundamentais e das liberdades individuais.

Em outras palavras, a democracia desempenha um papel fundamental no processo educativo porque incentiva a participação dos alunos na sua própria aprendizagem e na tomada de decisões dentro da comunidade escolar; capacitando-os a assumir a responsabilidade pelo seu próprio processo formativo e desenvolvendo competências de liderança e cidadania ativa desde os anos iniciais.

Ademais, a democracia promove a tolerância e o respeito às opiniões e às diferenças alheias. Ao fomentar um ambiente inclusivo e pluralista, os alunos aprendem a valorizar a diversidade e a resolver conflitos de forma pacífica e construtiva, preparando-se para participar ativamente na sociedade civil e política. Por meio do aprendizado de conceitos como direitos humanos, justiça social e processos eleitorais, cultivam-se as competências necessárias para o exercício de uma cidadania informada e participativa (Novoa *et al.*, 2019).

Além disso, fomenta-se o pensamento crítico, incentivando os alunos a questionar, analisar e avaliar informações de forma independente. Isso os auxilia a desenvolver uma compreensão mais profunda de questões sociais e políticas, bem como a tomar decisões fundamentadas em evidências e raciocínio. Tanto educadores quanto alunos são responsáveis por suas ações e decisões. Isso promove a transparência, a honestidade e a responsabilidade pessoal — elementos essenciais para o funcionamento eficaz de qualquer sistema democrático.

Nesse sentido, no contexto chileno, Rojas (2019, p. 47) aborda como “a democracia na educação implica a criação de espaços de diálogo e deliberação onde as opiniões são respeitadas e a participação de alunos, professores, pais e responsáveis é promovida”. Isso significa que a democracia na educação se traduz na implementação de mecanismos que permitam a integração e o respeito à diversidade de opiniões dentro das escolas.

Segundo Anaya-Rodríguez e Ocampo-Gómez (2020, p. 16), “a democracia na esfera educacional chilena busca promover o desenvolvimento de habilidades cívicas nos estudantes, como pensamento crítico, tolerância e respeito aos direitos alheios”. Isso implica que a

educação democrática no Chile visa formar cidadãos responsáveis e comprometidos com a construção de uma sociedade mais justa e equitativa.

Consequentemente, um dos desafios mais prementes na educação chilena é a desigualdade no acesso e na qualidade do ensino. Embora o país tenha progredido na expansão da cobertura educacional, ainda existem lacunas profundas entre as instituições públicas e privadas. Escolas voltadas às classes de alta renda dispõem de mais recursos e acesso a tecnologia avançada, enquanto muitas escolas públicas enfrentam dificuldades para oferecer uma educação de qualidade devido à falta de financiamento adequado (García-Pérez; Montero, 2018).

Essa disparidade na qualidade da educação perpetua a desigualdade social e limita as oportunidades para aqueles de origens mais vulneráveis. Uma democracia plena deve garantir o acesso à educação de qualidade como um direito universal, independentemente da origem socioeconômica do indivíduo.

Outro desafio crucial na educação chilena é a inclusão, que visa eliminar as barreiras que impedem os alunos com deficiência ou necessidades especiais de acessar uma educação de qualidade (Fuentes; Lovera, 2020). A falta de recursos e de formação docente, bem como a carência de infraestrutura adequada, são obstáculos que precisam ser superados para garantir igualdade de oportunidades de aprendizado. A educação inclusiva não beneficia apenas os alunos com deficiência, mas também enriquece a experiência de todos, promovendo uma cultura de respeito, empatia e compreensão.

Nesse sentido, a democracia no Chile deve abordar a necessidade de reforma curricular e de uma abordagem pedagógica mais alinhada às demandas da sociedade contemporânea. É essencial fomentar uma educação focada no desenvolvimento de habilidades como pensamento crítico, resolução de problemas e criatividade. Da mesma forma, a incorporação de temas relevantes e atuais, como educação cívica, direitos humanos e meio ambiente, contribuirá para a formação de cidadãos conscientes e comprometidos com a sociedade (García-Pérez; Montero, 2018). A participação de professores, alunos e pais na definição do currículo e na tomada de decisões educacionais é fundamental para garantir que a educação seja significativa e relevante para a vida dos estudantes.

Da mesma forma, os professores são agentes-chave no sistema educacional e desempenham um papel fundamental na formação de cidadãos informados e responsáveis. No entanto, o desenvolvimento profissional e o reconhecimento docente no Chile enfrentam desafios. É necessário melhorar as condições de trabalho, proporcionar oportunidades de

formação continuada e reconhecer o impacto significativo que os professores exercem na vida de seus alunos. Um maior investimento no desenvolvimento profissional docente ajudará a elevar a qualidade do ensino e, por sua vez, beneficiará toda a sociedade (Olivo, 2017).

Conteúdo dos programas curriculares na educação chilena

Por meio de uma análise dos conteúdos dos programas curriculares, observa-se que, no ciclo do 7º ano do ensino fundamental ao 2º ano do ensino médio, o objetivo é que os alunos aprendam sobre o desenvolvimento histórico dos fundamentos em que se baseia a atual democracia representativa e reconheçam que esse sistema é a forma de organização política e convivência social que melhor salvaguarda os direitos fundamentais e permite o respeito aos direitos humanos.

De acordo com o currículo, espera-se que os alunos compreendam que a democracia é um sistema político e social em constante evolução, suscetível tanto a progressos quanto a retrocessos, em âmbito internacional e nacional. Nesse sentido, é importante que entendam que a democracia se constrói diariamente e que, embora possa ser aprimorada, também está exposta a diversas situações de risco (Ministério da Educação do Chile, 2019).

Ademais, espera-se que os alunos demonstrem domínio dos direitos humanos e dos princípios que os fundamentam, reconhecendo-se como sujeitos de direito. Espera-se também que reconheçam que o Chile é regido pelo Estado de Direito, que assegura o respeito e a proteção dos direitos humanos. Nesse mesmo sentido, projeta-se que os alunos aprofundem seus conhecimentos sobre as instituições que compõem a organização política e social, compreendam as diferentes formas de participação nelas e reconheçam sua importância para o desenvolvimento de uma sociedade democrática (Ministério da Educação do Chile, 2019).

O desenvolvimento de valores e competências cívicas é fundamental para promover a formação de estudantes comprometidos com o bem comum, o sistema democrático e o respeito pelos direitos humanos e pela diversidade, capazes de resolver conflitos de forma pacífica e construtiva por meio do diálogo, da argumentação e da troca de ideias.

Embora as políticas públicas tenham conseguido aumentar a escolaridade obrigatória e a matrícula no ensino superior, como aponta Talvi (2020), especialista na região, o recente crescimento econômico mascarou as deficiências existentes nos sistemas educacionais. Essas

carências representam uma ameaça significativa às perspectivas econômicas de longo prazo do continente, bem como à estabilidade social, ao combate à pobreza e à inclusão social.

Por outro lado, uma análise da democracia na região revela que diversas lacunas significativas persistem. Entre elas, destacam-se a crise de representatividade, a fragilidade institucional, a desigualdade, a corrupção, a insegurança jurídica, os altos níveis de violência urbana e as ameaças à liberdade de expressão. Esses desafios ressaltam a necessidade contínua de fortalecer as estruturas democráticas e abordar as inúmeras áreas ainda sem solução, a fim de alcançar sociedades mais justas e equitativas na América Latina.

Educação cívica nos governos do Chile

A educação cívica é um pilar fundamental para o fortalecimento de um sistema democrático, pois essa formação é essencial para a participação ativa e engajada dos cidadãos. Atingir esse objetivo requer a participação do sistema educacional, espaço primordial para a formação cidadã (sem diminuir a responsabilidade de outras entidades, como a interação familiar). Segundo Blancas (2018, p. 26):

Qualquer processo educativo que busque o desenvolvimento integral do indivíduo por meio do conhecimento, das habilidades e das competências, orientado para a vida profissional ou para qualquer outro fim, deve considerar o desenvolvimento da dimensão política em termos da responsabilidade de viver em sociedade e governá-la.

No Chile, a preocupação e a implementação da educação cívica como atividade curricular com objetivos e conteúdo próprios surgiram na década de 1980. Assim, sob o regime de Pinochet, a educação cívica era vista como uma ferramenta para doutrinar os alunos com a ideologia do regime. Em 1980 e 1981, a ditadura militar alterou o currículo vigente, restabelecendo a Educação Cívica como disciplina independente, sob o nome de Educação Cívica e Economia, no primeiro e segundo anos do ensino médio, com três horas semanais. O objetivo era transmitir conhecimento sobre a nova Constituição Política do Estado, o funcionamento do sistema político e econômico e os direitos fundamentais. Contudo, em 1984, essa disciplina foi dividida em duas: Educação Cívica, no terceiro ano do ensino médio, e Economia, no quarto ano, ambas com duas horas semanais (Mercado; Pinochet, 2021).

No entanto, após o retorno à democracia em 1990, o currículo foi reformulado e a educação cívica passou a ser uma disciplina focada no desenvolvimento do pensamento crítico, dos valores democráticos e da cidadania ativa.

Em 1998, pela segunda vez no século XX, a Educação Cívica deixou de ser uma disciplina separada, mas o conceito de Educação para a Cidadania foi incorporado em todo o currículo escolar. O novo quadro curricular para o ensino secundário, que começou a ser implementado no primeiro ano do ensino secundário em 1999, ampliou o conceito de educação cívica, do conhecimento sobre o Estado e o sistema político para a educação para a cidadania, incluindo não apenas conhecimento, mas também habilidades de gestão da informação, habilidades de pensamento (reflexão crítica, capacidade de formular opiniões) e atitudes compatíveis com um regime democrático, como pluralismo, respeito ao próximo e valorização dos direitos humanos.

Assim, a educação cívica foi retirada do currículo devido a interesses e prioridades divergentes, deixando uma lacuna na formação de cidadãos responsáveis e atuantes no país. O conceito de educação cívica foi aplicado em todo o currículo escolar, a partir de 1999, no primeiro ano do ensino médio, com o objetivo de transmitir conhecimento sobre o Estado e o sistema político, bem como habilidades de alfabetização informacional e uma valorização do pluralismo e dos direitos humanos.

Lagos foi presidente do Chile de 11 de março de 2000 a 11 de março de 2006. Ele implementou a Reforma Curricular, que introduziu mudanças no currículo escolar para incluir conteúdo de educação cívica. O objetivo era que os alunos adquirissem conhecimento sobre a história política do Chile, os direitos e deveres dos cidadãos e o funcionamento do sistema político e eleitoral. Ele também promoveu o fortalecimento da educação cívica nas escolas, buscando reforçar o ensino de valores cívicos e de cidadania nas instituições de ensino e promover a participação ativa dos alunos em assuntos de interesse público.

Durante os governos de Bachelet (de 11 de março de 2006 a 11 de março de 2010 e, posteriormente, de 11 de março de 2014 a 11 de março de 2018), foram implementadas reformas na educação cívica para aprimorar sua qualidade e incorporar conteúdo cívico ao currículo escolar. O objetivo era que os alunos adquirissem conhecimento sobre a história política do Chile, os direitos e responsabilidades dos cidadãos e o funcionamento do sistema político e eleitoral.

Desde então, diversos setores da sociedade civil têm defendido a reintegração da educação cívica no currículo escolar. Nos últimos anos, o governo lançou iniciativas para

promover a educação cívica e constitucional, reconhecendo a importância de educar cidadãos para serem pensadores críticos, cidadãos engajados e comprometidos com o seu país.

Os governos Piñera (de 11 de março de 2010 a 11 de março de 2014 e, posteriormente, de 11 de março de 2018 a 11 de março de 2022) enfatizaram a educação cívica como parte de seus esforços para melhorar a qualidade da educação no Chile. O governo considera a educação cívica uma ferramenta importante para a promoção de valores democráticos e coesão social, bem como um meio de formar cidadãos engajados e preparados para participar efetivamente da vida cívica chilena. Portanto, a educação cívica seguiu diferentes caminhos, dependendo da ideologia e dos interesses do governo no poder. Contudo, hoje existe um consenso sobre seu papel crucial na formação de cidadãos ativos e responsáveis (Fuentes; Lovera, 2020).

Metodologia

Esta pesquisa teve caráter documental e reflexivo. Segundo Hernández-Sampieri e Mendoza (2018, p. 129), trata-se de “um tipo de estudo baseado na coleta e análise de informações disponíveis em documentos escritos, como livros, artigos, relatórios, registros históricos, entre outros”. O pesquisador não se limita a coletar informações, mas analisa criticamente os dados. Isso envolve questionar, interpretar e comparar diferentes fontes para chegar a conclusões fundamentadas.

A presente pesquisa envolveu uma revisão do conteúdo dos programas curriculares, examinando se são suficientes para preparar os cidadãos para os desafios da educação chilena no contexto democrático. O procedimento consistiu em uma revisão detalhada do Currículo Nacional Chileno e na sistematização, em uma matriz de análise, dos objetivos da disciplina e dos conteúdos ministrados nas escolas de ensino fundamental e médio que faziam referência à democracia. Após a obtenção das informações, estas foram validadas por um grupo de professores especialistas para identificar a abrangência dos conteúdos e verificar sua adequação às necessidades da infância e da juventude do país.

Resultados

Com base nos resultados e na comparação das informações com a literatura, é possível afirmar que o conteúdo é suficiente para que os estudantes chilenos recebam uma sólida formação democrática, visto que apresenta um fio condutor coerente desde o primeiro ano do ensino fundamental em disciplinas como História, Geografia e Ciências Sociais. No oitavo ano, alguns aspectos da democracia são apresentados no currículo de Linguagem (Língua Materna), como a valorização das possibilidades oferecidas pelo discurso oral e escrito para a participação proativa, consciente e responsável na vida de uma sociedade democrática.

Nos 3º e 4º anos do ensino médio, o currículo de educação geral estrutura-se em torno do tema “Chile e a Região da América Latina e o Mundo Global”, e, dentro da área de ciências e humanidades, em torno da compreensão histórica do presente. Ademais, essa área inclui a disciplina de Língua e Literatura, com foco em “Participação e Argumentação na Democracia”. Essa disciplina aborda tópicos elaborados para auxiliar os alunos a desenvolverem uma compreensão crítica dos textos que circulam em comunidades digitais, permitindo-lhes identificar convenções culturais, ideologias e crenças, bem como as questões éticas associadas à disseminação de informações (Ministério da Educação do Chile, 2019).

Os estudantes aplicam essas habilidades quando investigam; particularmente, quando selecionam informações de acordo com critérios de qualidade, relevância e veracidade. Embora os conteúdos mencionados sejam de natureza mais argumentativa, eles correlacionam-se diretamente com uma atitude democrática e de participação cidadã (Ministério da Educação do Chile, 2019).

Em geral, apresentar a educação cívica como uma tarefa pendente implica que ela deve alcançar diversos setores da população, não sendo responsabilidade exclusiva das escolas municipais ou de etapas específicas do ensino. Aumentar a participação é necessário para salvaguardar a democracia, e isso requer “educar em valores cívicos como liberdade, igualdade, solidariedade, respeito ativo e diálogo” (Cortina, 2017, p. 45). Tais valores devem ser integrados à formação integral de cada chileno, pois reduzir a educação cívica à instrução sobre o arcabouço estrutural do Estado diminui a importância desse aspecto na formação cidadã.

Por fim, a falta de educação cívica resulta em um alheamento geracional em relação à política, diminuindo seu impacto. Isso ocorre porque a ênfase na realização individual em uma sociedade de consumo levou à associação do bem-estar com bens materiais, coincidindo com altos níveis de insegurança e desconfiança interpessoal (Mardones, 2018, p. 74). Para mitigar

esses problemas, é crucial fomentar valores como democracia, solidariedade e colaboração, bem como trabalhar para reduzir as desigualdades socioeconômicas.

Conclusões

A educação é um pilar fundamental para o fortalecimento da democracia no Chile. Para superar os desafios que a educação chilena enfrenta, é necessário combater a desigualdade no acesso e na qualidade, promover a inclusão e adaptar o currículo às necessidades do século XXI.

Construir um sistema educacional de qualidade e equitativo exige um forte compromisso do Estado, da sociedade e de todos os agentes envolvidos. Somente por meio da colaboração e do esforço conjunto poderemos alcançar uma educação que forme cidadãos críticos e responsáveis, comprometidos com a construção de uma democracia forte e justa no Chile.

Portanto, estabelecer a democracia na sala de aula exige a implementação de práticas pedagógicas que promovam a participação, o diálogo, a resolução de conflitos e o respeito mútuo. Ao adotar uma abordagem democrática, os professores contribuem significativamente para o desenvolvimento de cidadãos ativos. A democracia não prospera sem cidadãos informados e engajados. Assim, a educação cívica é essencial para transmitir conhecimento sobre os princípios democráticos e o funcionamento das instituições. Consequentemente, as autoridades educacionais são responsáveis por promover ações pedagógicas que incentivem a participação, a integração e a apropriação de direitos e deveres.

Ao analisar o currículo, percebe-se um esforço para incluir aspectos relacionados à democracia em disciplinas desde os primeiros anos da educação básica até os níveis mais avançados. Esse conteúdo abrange áreas como História, Geografia, Ciências Sociais e Linguagem, sugerindo uma exposição contínua a conceitos democráticos.

Entre os desafios da Educação Cívica, argumenta-se que esta permanece uma tarefa pendente no Chile. Enfatiza-se a necessidade de ampliar seu alcance para todos os setores da população. Sugere-se que a educação cívica não se limite ao ensino sobre estruturas governamentais, mas incorpore valores fundamentais como liberdade e solidariedade.

No que tange ao alheamento geracional da política, a carência de formação cívica contribui para o afastamento dos jovens da esfera pública e para uma percepção de bem-estar

centrada no consumo. Esse fenômeno pode alimentar a insegurança e a desconfiança, destacando a importância de fomentar valores democráticos desde a infância para cultivar uma cultura de cooperação mútua.

Aprimorar a democracia no contexto educacional exige uma abordagem abrangente que contemple não apenas os aspectos pedagógicos, mas também os desafios estruturais — sociais, políticos e econômicos — que afetam o desenvolvimento de uma cidadania ativa. Isso implica reformas no sistema educacional que promovam efetivamente a inclusão, a equidade e a participação cívica em todos os níveis de ensino.

REFERÊNCIAS

- ANAYA-RODRÍGUEZ, R.; OCAMPO-GÓMEZ, E. Formación de ciudadanía en la escuela dentro de la transición democrática: ¿promover escalas de valores o el desarrollo del razonamiento moral? **Revista Iberoamericana sobre Calidad, Eficacia y Cambio en Educación**, v. 14, n. 1, p. 5-35, 2016. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/551/55143412001.pdf>. Acesso em: 11 nov. 2025.
- BLANCAS, E. Educación y desarrollo social. **Horizonte de la Ciencia**, v. 8, n. 14, p. 113-121, 2018. Disponível em: <https://www.redalyc.org/journal/5709/570960866008/html/>. Acesso em: 11 nov. 2025.
- CASANOVA, J. **Un nuevo enfoque de las manifestaciones de violencia que marcaron a sangre y fuego la historia del siglo XX europeo**. 3. ed. Buenos Aires: Crítica Ediciones, 2020.
- CASAS, E. Representación política y participación ciudadana en las democracias. **Estudios Políticos**, v. 9, n. 13, p. 111-127, 2018. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/4264/426439539007.pdf>. Acesso em: 11 nov. 2025.
- CONTRERAS, P.; MONTECINOS, E. Democracia y participación ciudadana: Tipología y mecanismos para la implementación. **Revista de Ciencias Sociales**, v. 25, n. 2, p. 178-191, 2019. Disponível em: <https://www.redalyc.org/journal/280/28059953014/html/>. Acesso em: 11 nov. 2025.
- CORTINA, A. **Ciudadanos del mundo: hacia una teoría de la ciudadanía**. Madrid: Alianza Editorial, 2017.
- GARCÍA-PÉREZ, D.; MONTERO, I. Propuesta de marco conceptual para la democracia y la participación del alumnado en la escuela. **Revista Brasileira de Educação**, v. 22, n. 71, p. 1-16, 2018. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbedu/v22n71/1809-449X-rbedu-22-71-e227175.pdf>. Acesso em: 11 nov. 2025.
- HERNÁNDEZ-SAMPIERI, R.; MENDOZA, CH. **Metodología de la investigación: las rutas cuantitativa, cualitativa y mixta**. Nova York: Mc Graw Hill, 2018. Disponível em: http://www.biblioteca.cij.gob.mx/Archivos/Materiales_de_consulta/Drogas_de_Abuso/Articulos/SampieriLasRutas.pdf. Acesso em: 12 nov. 2025.
- MERCADO, J., & PINOCHET, S. Discursos sobre la participación en la escuela entre estudiantes de educación básica en Chile. **REXE: Revista de Estudios y Experiencias en Educación**, v. 20, n. 43, p. 289-305, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.21703/rexe.20212043mercado15>. Acesso em: 12 nov. 2025.
- MINISTERIO DE EDUCACIÓN DE CHILE. **Bases Curriculares Básica y Media**. Santiago, Chile: MINEDUC, 2019.
- MUNCK, G. Los orígenes y la durabilidad de la democracia en América Latina: Avances y retos de una agenda de investigación. **Revista de Ciencia Política**, v. 30, n. 3, p. 573-597,

2020. Disponível em: <https://dx.doi.org/10.4067/S0718-090X2010000300001>. Acesso em: 12 nov. 2025.

FUENTES, C.; LOVERA, D. **Manual para la ciudadanía constituyente**. Santiago, Chile: Catalonia, 2020.

MARSHALL, P. Elecciones representativas y legitimidad democrática: una mirada desde las concepciones normativas de la democracia. **Revista de Derecho**, v. 30, n. 2, p. 275-299, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.cl/pdf/revider/v30n2/art12.pdf>. Acesso em: 12 nov. 2025.

MARDONES, R. **Las controversias políticas de la educación ciudadana**: ideas en Educación II: definiciones en tiempos de cambio. Santiago, Chile: Ediciones Universidad Católica de Chile, 2018.

MORALES, R., GÓMEZ, H.; FIGUEROA, L. Razones y estrategias de la descentralización educativa: Un análisis comparado de Argentina y Chile. **Revista Iberoamericana**, v. 34, n. 6, p. 1-27, 2020. Disponível em: <https://rieoei.org/historico/documentos/rie34a06.htm>. Acesso em: 12 nov. 2025.

OLIVO, M. Educación para la Ciudadanía en Chile. **Información tecnológica**, v. 5, n. 28, p. 51-164, 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.4067/S0718-07642017000500016>. Acesso em: 12 nov. 2025.

PEREYRA, D. Democracia y autoritarismo en la sociedad moderna. **Espacio Abierto**, v. 32, n. 1, p. 160-187, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.5281/zenodo.7776053>. Acesso em: 12 nov. 2025.

NOVOA, A., MORILLO, P. & GONZÁLEZ, I. Educación en y para la democracia. **Utopía y praxis Latinoamericana**, v. 24, n. 3, p. 1-27, 2019. <https://produccioncientificaluz.org/index.php/utopia>. Acesso em: 12 nov. 2025.

ROJAS, R. **Educación y democracia**. 3. ed. Nova York: Mc Graw Hill, 2019.

SALA, I., ALGUACIL DE NICOLÁS, M., GARCÍA, L., & BOQUÉ, M. El rol de la escuela en formación democrática: diseño de un cuestionario. **Estudios pedagógicos**, v. 47, n. 2, p. 269-288, 2021. Disponível em: <https://dx.doi.org/10.4067/S0718-07052021000200269>. Acesso em: 12 nov. 2025.

TALVI, J. **El crecimiento económico y la democracia**. 5. ed. Nova York: Mc Graw Hill, 2020.

CRediT Author Statement

- ☐ **Reconhecimentos:** Agradecemos à Associação Planalto Central, à União Centro Oeste Brasileira e ao UNASP pelo apoio nesta pesquisa.
 - ☐ **Financiamento:** Associação Planalto Central e União Centro Oeste Brasileira.
 - ☐ **Conflitos de interesse:** Não existem conflitos de interesse.
 - ☐ **Aprovação ética:** O trabalho foi aprovado pelo comitê de ética da UNASP. Número do parecer: 5.265.025, CAAE: 55831922.9.0000.5377.
 - ☐ **Disponibilidade de dados e material:** Os dados e materiais utilizados em atividades não produtivas estão disponíveis para acesso.
 - ☐ **Contribuições dos autores:** Alzira Luciana: Escreveu a parte teórica, coletou e analisou os dados. Helena Viana: Escreveu a parte teórica, realizou a análise estatística, editorou o artigo e fez a correção final. Alceli Ribeiro: Fez contribuições ao corpo teórico do artigo e sugestão na apresentação dos dados. Dayse Neri de Souza: Fez contribuições à parte metodológica e a correção final do trabalho.
-

Processamento e edição: Editor Educacional Ibero-Americano
Revisão, formatação, normalização e tradução

